

OPINIÃO

Qual a sua avaliação sobre a reserva de vagas aprovada na UFSM?

Fotos: ADRIANA GARCIA



Carlos Maximiliano Dutra, 33, professor do curso de Farmácia do Centro de Ciências da Saúde da Unipampa/Uruguiana.

“Eu concordo plenamente com essa questão da reserva de vagas, porque nós vemos que a grande maioria que não tem oportunidade de estudo são afro-descendentes. Também existem pessoas pobres, que para se promoverem socialmente, a única chance é

através do estudo, até para fugir da marginalidade do meio em que vivem”.

Beatriz Franchini, 32, professora do curso de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Unipampa/Uruguiana.

“Não creio que esta seja a melhor forma, porém, temos que respeitar essa decisão. Devemos agora, acolher os alunos. Eu acredito que isso seja uma medida emergencial para um déficit que está acontecendo há séculos, na nossa história. Um detalhe importante é

que o nosso prédio não foi preparado para receber, por exemplo, pessoas com deficiência física. Independente da reserva de vagas, nós temos que ter rampas e locais adequados para receber deficientes físicos. E quanto à reserva para negros, índios e alunos advindos de escolas públicas, se tem que pensar sim numa reestruturação das políticas de educação básica. Acho que é isso que está limitando a entrada deles nas Universidades”.



Cauê Mendonça, 17, acadêmico do 1º semestre do curso de Engenharia Elétrica da Unipampa/Alegrete.

“É um preconceito maior ainda com as pessoas que vão entrar no sistema de cotas. Porque é a mesma coisa que dizer que um estudante negro ou de ensino médio de escola pública é mais 'burro' que os outros. Porque eu venho de uma escola pública, na

minha carteira (identidade) está escrito 'pardo'. E não é por isso que vou querer ser inferior aos outros para dar um empurrãozinho para eu entrar na Universidade”.

Adir Alexandre Bibiano Ferreira, 30, técnico do laboratório de física do Centro de Tecnologia da Unipampa/Alegrete.

“Para essas pessoas que ganharam, consequentemente é uma boa oportunidade para crescerem como pessoas. Tanto em conhecimento, como profissionalmente. Porém, só vejo uma questão que desfavoreceria, pois falam tanto em inclusão, e dar cotas é tentar solucionar um problema que o próprio negro estaria se excluindo e não reconhecendo o seu potencial em saber e poder aplicar o que ele sabe, na sociedade. Tudo bem, a descendência afro-brasileira tende a gerar uma classe pobre, por ser de escravos. Mas não por isso tem conhecimento menor.”.



A polêmica do REUNI

Uma face positiva e outra negativa ou, no mínimo, ainda difícil de ser explicada. Esse é o quadro colocado a partir do anúncio pelo governo federal do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O aspecto positivo se expressa pelo fato de o Executivo se propor a disponibilizar mais verbas para o ensino superior público, com

ampliação de vagas, instituindo inclusive cursos noturnos. No entanto, a interrogação que fica é sobre a forma como isso será feito, na medida em que há uma ênfase em relação à “otimização” dos atuais recursos humanos e materiais. As dúvidas crescem quando se vê que a atual expansão de universidades está se dando em cima de vagas já existentes, com uma precarização

do trabalho. Na assembléia docente ocorrida no dia 16 de agosto foi retirada uma comissão de docentes para analisar em detalhes os documentos que tratam do REUNI. A primeira atividade do grupo ocorreu na sede da SEDUFMSM, dia 20 de agosto.

No documento elaborado por docentes vinculados ao tema educacional na SEDUFMSM é reconhecido que “reestruturar e expandir as universidades federais tem sido pauta contínua do Movimento Docente desde o início da década de 80, consolidada em 1982, no formato de projeto para universidade brasileira, desde então, permanentemente atualizado”. A face positiva, segundo o documento, é constituída por um investimento significativo num período de cinco anos, para a “implantação de ações para aumentar o acesso e a efetiva garantia de permanência dos

estudantes, reduzir a evasão, ampliar os cursos noturnos, assegurar a mobilidade estudantil nacional e internacional, aprimorar a flexibilização curricular e a assistência”.

Clovis Guterres, integrante do grupo e que é professor do Centro de Educação, ressalta, contudo, que há um face negativa que pode comprometer tudo o que já está consolidado, uma vez que os “investimentos” pressupõem uma

“otimização” prévia dos recursos físicos e humanos da instituição. O REUNI se baseia em seis diretrizes, que são:

I – redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso no período noturno;

II – ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de título que possibilitem a cons-

trução a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III – revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV – diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V – ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI – articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.



Grupo se reuniu para analisar documento do REUNI na SEDUFMSM

Os riscos da “otimização”

Ao analisar o conjunto das diretrizes do REUNI, o Grupo de Trabalho de Política Educacional da SEDUFMSM destaca que “se pode perceber que a maioria das propostas será enquadradas no plano de 'otimização', reservando-se os 'investimentos' para a criação de cursos novos, principalmente no período noturno”. Ressalta ainda o documento governamental que as despesas de custeio e pessoal serão limitadas a 20% das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos. Esse percentual simbólico, segundo análise dos docentes, pode ajudar a entender que, provavelmente, a otimização corresponderá a 80% e o investimento a 20%, sem esquecer, condicionado a disponibilidade de recursos.

A partir disso, se pode imaginar as implicações e a multiplicação de encargos acumulados pelos docentes se a projeção da matrícula na UFSM passar, num prazo de cinco anos, de 14.157 para

26.199 (acrécimo de 12.042 matrículas), conforme documento do REUNI divulgado em julho de 2007. Com a “otimização”, analisam os professores, aumentará o número de alunos em sala de aula e o número de aulas dos professores,

podendo sim, comprometer a qualidade do ensino pela sua massificação, a extensão pela dificuldade de deslocamento para comunidade e a pesquisa e as publicações decorrentes de sua elaboração pela falta de tempo e condições que ela exige para atingir os padrões de qualidade. O documento diz ainda que “somos a favor, sim, da expansão do ensino público e mesmo de sua reestruturação. O que não

entendemos é que apesar das universidades públicas serem responsáveis por 97% da produção científica do país tenham que ser coagidas a submeter-se a um 'contrato de gestão', espécie de toma-lá-da-cá para receber recursos cujo mérito já lhe asseguram o direito”.

“Somos a favor, sim, da expansão, mas com qualidade”